



ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

1ª INSTÂNCIA

Nº 0000750-60.2016.815.0741

vara unica de boqueirao

AR
DIST.: 30/08/2016 23:17

PROCEDIMENTO ORDINARIO

seguro

Autor ELIELSON DA SILVA PEREIRA

Reu SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO

Em: __/__/__

Analista: _____

2ª INSTÂNCIA

EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (ÍZA) DE DIREITO DA COMARCA DE BOQUEIRÃO - PB.

0000750-60.2016.815.0741



REC. 23/08/2016
Arquivado
10/08/2016
10h12m

ELIELSON DA SILVA PREREIRA, brasileiro (a), solteiro, agricultor, inscrito (a) no CPF sob n° 113.314.044-01, podendo ser intimado (a) no (a) Distrito de Mororó, S/N, Zona Rural, Barra de Santana, Paraíba, CEP: 58.458-000, por intermédio de sua bastante procuradora que esta subscreve, com escritório profissional localizado no endereço acima em epígrafe, onde deverá receber as intimações, vem perante V. Ex^a, propor o presente:

AÇÃO DE COBRANÇA, c/c, REPARAÇÃO DE DANOS MATERIAIS.

Contra: **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO**
OPVAT S/A, inscrita no CNPJ de n° 09.248.608/0001-04, podendo ser citada através de seu representante legal na Av. Treze de Maio, Condomínio Edifício Darke - 2° andar, Rio de Janeiro - RJ, CEP: 0.031-902, **expondo e requerendo ao final o seguinte:**

Ab Initio

Requer inicialmente a Justiça Gratuita de tal forma a poder ter acesso à Justiça e fazer valer o direito de igualdade.

Douto Julgador, é sabido que para que tenha eficácia o pedido de assistência judiciária gratuita, **nada basta além do simples pedido**, expondo a impossibilidade do constituinte em custear as despesas processuais, proferido em petição inicial, conforme preceitua a Lei de n.º 1.060, de 05.02.1950 do Código de Processo Penal em seu art. 4º caput. Assim, procura-se evitar que alguém tenha frustrada a busca ou a defesa de seus direitos em

decorrência de sua condição social, ou por insuficiência de meios econômicos. Em resumo, a prestação de assistência judiciária visa assegurar duas garantias fundamentais: a igualdade de todos e acesso a Justiça.

- PRELIMINARMENTE

O termo inicial de prescrição é a data da ciência, pelo segurado, da negativa de pagamento do seguro. Seguradora, por força da actio nata, visto que a sua juridicamente protegida e, conseqüentemente, o interesse somente surge após a ciência da resposta desfavorável aos interesses.

Tal matéria é sumulada pelo STJ, através da Súmula 2

"O PEDIDO DO PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO À SEGURADORA SUSPENDE O PRAZO DE PRESCRIÇÃO ATÉ QUE O SEGURADO CIÊNCIA DA DECISÃO".

No caso em tela, até a presente data a seguradora promovida não informou a posição do processo, sendo que, se proceder com transparência, se não for tomada uma posição com se eternizara a inércia da requerida.

Sendo assim, não perdeu tempo e veio bater às portas judiciário em busca de perceber o que é seu, por direito.

1. SINOPSE DOS FATOS:

No dia 31/10/2015, por volta das 16:30hrs, estava trafegando numa estrada vicinal no sítio Juá, zona rural de alcantil/PB, conduzindo a motocicleta Honda/g 150eds mi, ano/modelo 2009/2009, cor vermelha, chassi nº 9c2kc16309r013548, de placa ltpven 2775, licenciada em nome de joacir de Sousa silva, quando o pene dianteiro da moto estourou e o declarante acabou perdendo o controle de direção chocando-se com um muro, sofrendo ferimentos graves na cabeça, ficando desacordado, sendo socorrido para o hospital regional de emergência e trauma dom Luiz Gonzaga Fernandes de campina grande, onde foi submetido a tratamentos médicos, conforme faz prova a Certidão de Ocorrência Policial e Boletim de Atendimento Médico, em anexo.

Devido ao fato do sinistro em tela, decorrer do acidente de transito requereu a indenização na via administrativa conforme registro de sinistro de Nº 3160/232935, sendo que, a seguradora, negou o pagamento da indenização conforme documentos em anexo.

O fato é que não foram demonstrados os motivos da negativa a parte não tem acesso ao processo administrativo, os dados, critérios meios da avaliação do processo os meios pelo qual,

meio à seguradora ré a negar o pagamento da indenização. Inexiste
visuaparência, meios lícitos, que possa aquilatar a posição da
requisia.

Outro fato preponderante é que não existe qualquer
recursal que possibilite ao beneficiário, recorrer,
administrativamente da decisão da Seguradora Líder dos Consórcios
seguro DPVAT.

A SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT,
responsável pelo pagamento das indenizações, emerge no mercado como
fosse suprema, obedece apenas ao CNSP (CONSELHO NACIONAL DE
ROS PRIVADOS), SUSEP, sendo que, geralmente utiliza-se de
metros absolutamente nefastos onde se faz necessário a
preferência do Poder Judiciário, para fazer valer a Lei.

Acontece que o valor da indenização decorrente do
seguro DPVAT, não pode ficar a critério da demandada, visto que, se existe
norma que regula os valores da indenização estas devem ser
obtidas. A Lei n. 6.194/74 determina que o pagamento do DPVAT,
deve ocorrer dentro de quinze dias, bastando apenas a simples
comprovação do acidente. A Demandada, ainda se recusa a recepcionar
documentação, pelo fato da Circular infra citada, negar o
pagamento do DPVAT, nos casos em que o beneficiário não apresentar
CT, do veículo causador do sinistro devidamente quitado.

O art. 33, inciso IV, alínea "a", da Lei nº.
945/2009 estatuiu, expressamente, como início de vigência da
posição supra o dia 15 de dezembro de 2008. Portanto, para os
casos de ocorrência anterior à data de vigência da Medida
Provisória nº. 349/2006 (29/12/2006) aplica-se a primitiva redação
da Lei nº. 6.194/1974 onde vinculava o valor da indenização ao
valor mínimo, passando-se, após esse marco temporal, a adotar os
valores parâmetros delineados pela citada medida provisória e
estabelecidos pela Lei nº. 11.483/2007. Destarte, deve às seguradoras
adidas obedecerem a Tabela, firmada no art. 31, II da Lei nº
945/2009, não sendo lícito, a autarquia ré, pagar o valor que
for de forma unilateral, pois as periciais são patrocinadas
pelo Poder Judiciário não ocorrendo qualquer fiscalização, das
perícias em especial do Ministério Público, ou, Polícia
Judiciária, quanto aos critérios de pagamento as vítimas de acidente
de trânsito em nosso país.

DO DIREITO

A Lei n. 8.841, de 13 de julho de 1992, estabelece
disciplina e regulamentou o seguro DPVAT, em nosso país, preceitua
entre vários critérios que após a entrega dos documentos da vítima
do beneficiário a seguradora terá 15 (quinze) dias para pagar o
seguro aos que dela fazem "jus".

Quanto ao Direito à percepção do seguro a Lei n.
6.194/74, em seu art. 5º preceitua que:

"O pagamento da indenização, será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado". Grifo nosso.

No mesmo curso:

"A indenização por pessoa vitimada por veículo não identificado, com seguradora não identificada, seguro não realizado ou vencido, será paga nos mesmos valores e prazos nos demais casos por um consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as seguradoras que operem no seguro objeto desta lei." (Grifo Nosso)

O Art. 333 do Código de Processo Civil determina que:

"O ônus da prova incumbe:

I - (.....)

I "I- ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor."

O cidadão comum encontra-se a margem diante das várias alterações sofridas pela Lei nº 6.194/74, através da Medida Provisória nº 340/2006, transformada na Lei 11.482/2007, que além de colocar os beneficiários da Lei 6.194/74 nas mãos das Companhias Seguradoras, em todos os aspectos legais que os beneficiavam, transformando a referida lei numa mera determinação do desejo e da vontade das seguradoras.

As modificações ainda atingiram as ações contra as seguradoras tratando-se do prazo prescricional, foi reduzido de 20 (vinte) para 03 (três) anos, ferindo direitos adquiridos, visto que, a norma atingiu de morte o art. 177 do Código Civil de 1916, retirando, esmagando, extirpando, o direito do cidadão no que se refere a percepção a indenização, numa clara demonstração que as seguradoras foram as únicas beneficiárias, com as novas regras impostas.

4. DA JURISPRUDÊNCIA

A Jurisprudência Pátria, exaurida pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, tem entendimento consolidado em idêntico pedido:

"(AC nº 2012.018378-9, AC nº 2013.002870-9 e AC nº 2012.013210-8, de Relatoria do Des. Amílcar Maia, 1ª Câmara Cível, j. 30/01/2014; AC nº 2013.018028-1, Rel. Des. Expedito Ferreira, 1ª Câmara Cível, j. 19/12/2013; AC nº 2013.013182-4, Rel. Des. João

Rebouças, 3ª Câmara Cível, j. 28/01/2014; AC nº 2012.017060-3, Rel. Des. Ibanez Monteiro, 2ª Câmara Cível, j. 05/11/2013)." 04
X

Já o Superior Tribunal de Justiça tem o entendimento sumulado, por meio do Enunciado nº 474, de que a indenização deve ser paga de acordo com o grau da debilidade sofrida. Vejamos: "Súmula 474/STJ:

"A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez."

Não encontrando outra forma de solucionar o litígio vem invocar a tutela jurisdicional do Estado, por intermédio de seu órgão judiciário, para dirimir tal conflito.

5. DO REQUERIMENTO

Pelo Exposto, requer a V.Ex.^a., com fundamento no art. 186 do Código Civil Pátrio, c/c, no art. 5º, da Lei n. 6.194/74, requerer a procedência da presente, para o fim de condenar a requerida, ao pagamento da indenização em epígrafe, fundada no pagamento de R\$ 13.500,00 (Treze mil e quinhentos reais), referente ao DPVAT, requerendo ainda o seguinte:

1. Seja citada a Promovida, no endereço declinado na exordial, para contestar no prazo legal, sob pena de revelia e confissão;
2. Nos termos do art. 334, § 5º, do Código de Processo Civil, a autora desde já manifesta, pela natureza do litígio, seu desinteresse em auto composição, visto que, em demandas similares inexiste qualquer proposta por parte da Seguradora Líder;
3. Seja designada audiência de conciliação, não havendo proposta de acordo em ato contínuo em conformidade com o rito especial imposto a lide, tenha início a instrução e julgamento;
4. Protesta provar o alegado por todos os meios de provas em direito admitido, especialmente, na produção de Prova Pericial, no sentido de quantificar o grau de lesão;
5. Pugna o autor pela produção de prova pericial e requer juntada do processo administrativo liquidado pela seguradora;
6. Como no caso em tela o deslinde trata-se apenas na confecção da prova pericial, seja nomeado perito de confiança do Juízo, para a realização da prova retro citada, nos termos do art. 31.II da Lei nº 11.945/2009;

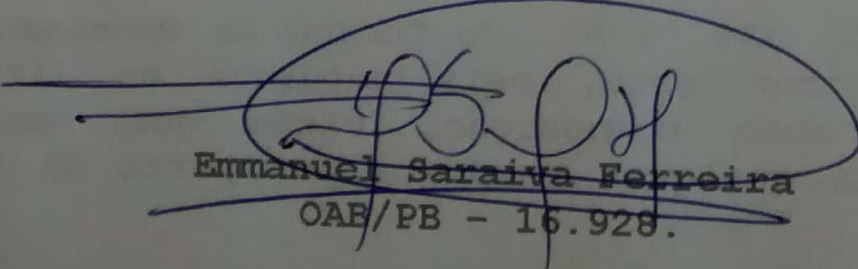
7. Com fundamento no Art. 221, I do Código de Processo Civil Pátrio, seja a promovida, citada através de AR- (Correios Telégrafos);
8. Requer a produção de prova pericial cujos requisitos seguem ao pé desta;
9. Seja a demandada condenada em 20%, sobre o valor da condenação, referente a honorários advocatícios, e, sejam intimadas as testemunhas arroladas a prestarem depoimento sob as penas da lei;
10. Finalmente requer a gratuidade da Justiça nos termos do art. 2º da Lei n. 1060/50, por ser o mesmo pobre na forma da lei.

Dar-se à presente o valor de R\$ 13.500,00 (Treze mil e quinhentos reais) para efeitos meramente fiscais.

Nestes termos,

Pede e Espera Deferimento.

Campina Grande, PB, em 06/07/2016.


Emmanuel Saraiva Ferreira
OAB/PB - 16.928.

05
8

QUESITOS PARA INFORMAÇÃO SOBRE INVALIDEZ PERMANENTE

Conforme o Código de Ética Médica nos seus artigos 59; 83; 102; 112, para fins de perícia médico-legal e no resguardo dos interesses da Justiça e do próprio paciente, presta as seguintes informações:

PACIENTE: _____.

1) O PACIENTE FOI ATENDIDO NO DIA ____/____/____, por volta das ____ horas, apresentando ferimento produzido por ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO.

2) DAS LESÕES SOFRIDAS HOUE PERIGO DE VIDA? DE QUE FORMA?

_____.

3) DAS LESÕES SOFRIDAS, HOUE RAM SEQUELAS PERMANENTES? QUANTIFICAR A INVALIDEZ DO PONTO DE VISTA FUNCIONAL. (MENCIONAR O MEMBRO, SENTIDO, ÓRGÃO OU FUNÇÃO PERMANENTEMENTE DEBILITADOS): _____

_____.

4) EXISTEM SEQUELAS RESIDUAIS?

_____.

5) Se a INVALIDEZ ou DEBILIDADE do autor é em grau: MÍNIMO, MÉDIO, OU, GRAVE?

_____.

Sem mais, em ____/____/____.
(Assinatura - carimbo - CRM)

PROCURAÇÃO "AD JUDICIA"

Outorgante: ELIELSON DA SILVA PEREIRA brasileiro (a),
SOLTEIRO, AGRICULTOR, portador (a) do CPF nº
113 / 314 / 044 / 02 e no RG de nº 3.991.974, residente e domiciliado (a)
no(a) na Rua DISTRITO DE MONDÓ, nº SIN, Bairro -
ZONA RURAL na Cidade de

BARRA DE SANTANA PB, nomeia e outorga poderes ao **Outorgado:** Bel.
EMMANUEL SARAIVA FERREIRA, Solteiro, OAB 16928/PB, podendo ser intimados na Rua
Floriano Peixoto 4510, Malvinas, nesta cidade de Campina Grande/PB, ao qual confere amplos e gerais
poderes para o foro em geral com a cláusula "ad Judicia", art. 38 parte final do CPC, **COM FIM
ESPECIAL DE INTENTAR A JURISDIÇÃO, COM AÇÃO DE INDENIZAÇÃO DE SEGURO
DPVAT, junto a Comarca de BOQUEIMÃO - PB**, podendo o outorgado,
confessar, assinar, desistir, propor acordo, receber intimações, dar quitações, transigir, apresentar
réplica, oposições, firmar, apresentar recurso e contra razões, e ainda requer seguro de vida, junto bem
como, substabelecer esta com ou sem reservas de poderes, podendo e acompanhar todo processo até o
final do julgamento, representado ainda o outorgante, podendo ajuizar apelação criminal, ou, qualquer
outro remédio jurídico competente, junto ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado da PARAÍBA,
podendo finalmente, praticar todos os atos necessários ao bom e fiel desempenho deste mandato.

CONTRATO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Pelo presente instrumento as parte outorgante e outorgado firmam o
presente contrato, onde o fica estabelecido que honorários advocatícios sejam pagos na base
de 30%, (trinta por cento) sobre o valor bruto da condenação final apurado em
liquidação de sentença, sem prejuízos dos honorários de sucumbência, conforme
pacto através do presente contrato, nos termos do Art. 22, § 4º, da Lei 8.906-1994. Nada
mais a constar lavro o presente que vai por todos devidamente assinado para que
surta seus jurídicos e legais efeitos.

Campina Grande/PB, em 18 / AGOSTO / 2016

Outorgante Elilson da Silva Pereira

* Isento de reconhecimento de Firma, em face de Lei nº 8.952, de 13/12/1994, que dá
nova redação ao art. 38 do CPC.

DECLARAÇÃO DE POBREZA

Sr (a). ELIELSON DA SILVA PEREIRA,
brasileiro (a), SOLTEIRO, AGRICULTOR, portador da
cédula de Identidade RG de nº 3991.974 - órgão expedidor
SSP/PB e inscrito no CPF sob o nº 113.314.044.01, residente e
domiciliado no (a) DISTRITO DE MONAÓ,
nº SIN, Bairro ZONA RURAL, cidade BARRA DE SANTANA, UF PB, CEP
58-458-000. Declara nos termos da Lei n. 1.060/50, que é pobre na
forma da Lei, não dispondo de meios que possibilitem a custear as despesas processuais na
AÇÃO DE COBRANÇA C/C REPARAÇÃO DE DANOS MATERIAIS NA
COMARCA DE BOQUEIRÃO - PB. Afirma ainda ser
conhecedor das sanções penais, caso a presente não retrate a verdade dos fatos. Nada mais
digno de registro, assina o presente.

CAMPINA GRANDE, PB, em 18 / 08 / 16

Elilson da Silva Pereira

Declarante

Seguro DPVAT

Acompanhe o Processo de Indenização

ACESSIBILIDADE



(/Pages/Acessibilidade.aspx)



(/Pages/Atalhos-
de-
COMO PEDIR INDENIZAÇÃO

Teclado.aspx)

Documentos Despesas
Médicas

(/Pages/Documentacao
-Despesas-
Medicas.aspx)

Documentos Invalidez
Permanente

(/Pages/Documentacao
-Invalidez-
Permanente.aspx)

Documento Morte
(/Pages/Documentacao
-Morte.aspx)

Dicas Indispensáveis
(/Pages/Dicas-
Indispensaveis-Para-
Pedir-a-
Indenizacao.aspx)

Nova Consulta

Todos os documentos apresentados, não importando o ponto de atendimento escolhido para a entrega, são encaminhados a uma seguradora autorizada do Seguro DPVAT. Após ser analisada, a documentação é disponibilizada para parecer final da Seguradora Líder-DPVAT, administradora do Seguro DPVAT. O prazo para emissão do parecer final é de 30 dias a contar da data de entrega da documentação completa.

SINISTRO 3160232935 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA ELIELSON DA SILVA PEREIRA


COBERTURA Invalidez

BENEFICIÁRIO ELIELSON DA SILVA PEREIRA

CPF/CNPJ: 11331404401

Posição em 14-04-2016 11:10:14

A documentação abaixo encontra-se pendente, devendo ser entregue no mesmo local em que a documentação inicial foi entregue.

Descrição	Tipo	Status	Nome
 Autorização de pagamento	Beneficiário	Não Conforme	ELIELSON DA SILVA PEREIRA

PAGUE SEGURO

Como Pagar
(/Pages/Pague-
Seguro.aspx)

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA PARAIBA

P. 900

SECRETARIA DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL

INSTITUTO DE COLOCAÇÃO IDENTIFICA

DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO



Elciozon de Silva Pereira

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO
GERAL

3.991.974

DATA DE
EXPEDIÇÃO 14/09/2011

NOME

ELIELSON DA SILVA PEREIRA

FILIAÇÃO

FRANCINALDO BARBOSA PEREIRA
EDILZA DA SILVA PEREIRA

NATURALIDADE

DATA DE NASCIMENTO

CAMPINA GRANDE-PB

14/09/1995

DOC ORIGEM

NASC.N.6162 FLS.562 LIV.A8
CARTORIO BARRA SANT'ANNA-PB

CPF

João Pessoa - PB

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

MINISTÉRIO DA FAZENDA



Receita Federal

Cadastro de Pessoas Físicas

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO



Número

113.314.044-01

Nome

ELIELSON DA SILVA PEREIRA

Nascimento

14/09/1995

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO

CÓDIGO DE CONTROLE
22E5.99FF.A814.2D3A

A autenticidade deste comprovante deverá
ser confirmada na Internet, no endereço

www.receita.fazenda.gov.br

Comprovante emitido pela
Secretaria da Receita Federal do Brasil

às 10:57:28 do dia 20/06/2012 (hora e data de Brasília)

dígito verificador: 00